



# ESTADO DO PARÁ

## TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

### RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 19/2017/TCM-PA

**EMENTA:** DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA NOMENCLATURA E ATRIBUIÇÕES DA ASSESSORIA DE INTELIGÊNCIA DE CONTROLE EXTERNO, QUE PASSA A SE CHAMAR NÚCLEO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS, COM VISTAS A SUBSIDIAR AS ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma **art. 2º, II e VI da Lei Complementar nº. 109, de 27 de dezembro de 2016 e art. 3º; 15, VII e 79, §1º, do Ato nº. 18, de 12 de janeiro de 2017**, por intermédio desta Resolução Plenária, de cumprimento obrigatório, e,

**CONSIDERANDO** que dentre as diretrizes nacionais de controle externo, a gestão de informações estratégicas pelos Tribunais de Contas, como instrumento de efetividade do controle externo, em particular para auxiliar as ações de prevenção, detecção e correção do uso indevido de recursos públicos, foi deliberada e aprovada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON;

**CONSIDERANDO** o Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON, o Instituto Rui Barbosa - IRB e Tribunais de Contas nos Estados, ao qual aderiu o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará;

**CONSIDERANDO** o que dispõe Regimento Interno da Rede Nacional de Informações Estratégicas para Controle Externo (InfoContas);

**CONSIDERANDO** o resultado da aplicação do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC);

**CONSIDERANDO** a necessidade de conferir tratamento e disseminação adequados às informações à disposição do Tribunal, bem assim de possibilitar o uso sistêmico para o exercício das diferentes ações de controle;

**CONSIDERANDO** as estratégias constantes do Plano Estratégico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará de estabelecer parcerias com outros órgãos públicos, de desenvolver política de gestão do conhecimento e de ampliar o uso da tecnologia da informação como formas de conferir maior efetividade às ações de controle externo;





## ESTADO DO PARÁ TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**CONSIDERANDO** que o aumento da capacidade do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará em detectar irregularidades graves em andamento na administração pública, mediante a coleta e o tratamento prévio de informações, fortalecerá sua atuação;

**CONSIDERANDO** a necessidade de alterar parcialmente o disposto na Resolução Administrativa n.º 019/2016/TCM-PA, para se consolidar a prática dos mecanismos modernos de Inteligência, com a desenvoltura necessária, alcançando níveis de excelência na produção de conhecimentos a serviço desta Corte de Contas, voltados a eficiência, eficácia e resolutividade de suas atribuições;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se atribuir maior responsabilidade e autonomia para a efetividade do trabalho de Inteligência, respeitando-se os limites impostos, pela Lei e pela Resolução Administrativa n.º 019/2016/TCM-PA;

**CONSIDERANDO**, ainda, os termos dispostos no preâmbulo da Resolução Administrativa n.º 019/2016/TCM-PA;

**CONSIDERANDO**, por fim, que a autonomia aqui proposta dará mais agilidade aos processos, procedimentos e atividades desenvolvidas no âmbito das atribuições conferidas a Assessoria de Inteligência de Controle Externo, que passa por força deste dispositivo a se denominar Núcleo de Informações Estratégicas, nomenclatura que uniformiza a denominação para as ações de inteligência no âmbito dos Tribunais de Contas;;

### RESOLVE:

**APROVAR A PRESENTE RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA QUE DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA NOMENCLATURA E ATRIBUIÇÕES DA ASSESSORIA DE INTELIGÊNCIA DE CONTROLE EXTERNO, QUE PASSA A SE CHAMAR NÚCLEO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS, COM VISTAS A SUBSIDIAR AS ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, NOS SEGUINTE TERMOS:**

**Art. 1º.** A atual Assessoria de Inteligência de Controle Externo, passa a se denominar **Núcleo de Informações Estratégicas – NIE**, incluindo-se na estrutura organizacional do TCM-Pa.

**Art. 2º.** O **Núcleo de Informações Estratégicas - NIE** é a unidade organizacional responsável pelo exercício permanente de ações especializadas, orientadas à produção de conhecimento, com vistas ao assessoramento de autoridades competentes, nos respectivos níveis e áreas de atribuição, para o planejamento, a execução e o acompanhamento das ações de Controle Externo, relativos à identificação de oportunidades e ameaças à atuação institucional do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM/PA).





## ESTADO DO PARÁ TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**Parágrafo único.** Para os fins previstos neste artigo, entende-se como ações especializadas a coleta de dados de livre acesso e a busca de dados negados, mediante o emprego sigiloso de técnicas operacionais, além de outros procedimentos metodológicos próprios da Atividade de Inteligência, observados sempre os direitos e garantias fundamentais, previstos na Constituição Federal e legislação correlata.

**Art. 3º.** O Núcleo de Informações Estratégicas - NIE, unidade autônoma de assessoramento superior da Presidência e Conselheiros, do TCM-PA, é dotado de ambiente físico reservado, com acesso restrito, e composto com pessoal suficiente e qualificado para o seu pleno funcionamento.

**Art. 4º.** Compete, exclusivamente, ao Núcleo de Informações Estratégicas - NIE:

I - Planejar e executar ações especializadas voltadas para a produção de conhecimentos relativos à identificação de oportunidades sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre as atividades de Controle Externo do TCM-PA;

II - Planejar e executar ações especializadas destinadas a produzir conhecimentos, voltados para prevenir, detectar, identificar e avaliar as ações que constituam ameaças à atuação do Controle Externo do Tribunal de Contas, insuscetíveis de serem obtidas pelos processos usuais das Controladorias;

III - Desenvolver, de ofício ou a pedido, atividades de obtenção e análise de dados, com vistas à produção de conhecimentos que subsidiem as ações de Controle Externo do TCM-PA;

IV - Garantir a segurança, o sigilo e a proteção das informações e atividades sob sua responsabilidade;

V - Cooperar, mediante autorização do Conselheiro Presidente, com o intercâmbio e compartilhamento de informações e conhecimentos estratégicos que apoiem as ações de Controle Externo;

VI - Atender demandas dos Conselheiros deste Tribunal, acerca de informações estratégicas, para subsidiar ações de Controle Externo da Controladoria de competência do Conselheiro demandante;

VII - Solicitar informações estratégicas a órgãos e entidades que atuem nas áreas de fiscalização, investigação e inteligência;



## ESTADO DO PARÁ TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**VIII** - Gerenciar, disseminar e adotar as medidas necessárias à manutenção e ao aprimoramento das soluções corporativas de tecnologia da informação (soluções de TI), que darão suporte às atividades do Núcleo de Informações Estratégicas - NIE, bem como demandar as medidas necessárias, junto à Diretoria de Tecnologia da Informação, deste Tribunal;

**IX** - Gerenciar infraestrutura de tecnologia e comunicação própria e protegida;

**X** - Propor e auxiliar na celebração, execução e acompanhamento de convênios e acordos de cooperação técnica, ou instrumentos congêneres, a serem firmados pelo Tribunal, com órgãos e entidades relacionados ao controle da gestão pública;

**XI** - Propor treinamentos para formação de rede interna de produção e de disseminação de informações estratégicas que apoiem as ações de controle externo;

**XII** - Desenvolver outras atividades especializadas inerentes à sua finalidade.

**§1º.** Para os fins previstos neste artigo, entende-se como conhecimento, a informação que seja valorada quanto à credibilidade ou que contenha em seu conteúdo conclusões ou previsões resultantes de processos de análises de dados e que sejam necessários em processos decisórios administrativos e de Controle Externo.

**§2º.** A utilização dos conhecimentos compartilhados, após autorização do Presidente do Tribunal, como prova ou evidência de ilícito, será realizada de forma indireta, mediante a juntada de documentos de validação obtidos junto às respectivas fontes primárias, vedada a referência ao conhecimento produzido pelo Núcleo de Informações Estratégicas – NIE.

**§3º.** Os conhecimentos produzidos pelo Núcleo de Informações Estratégicas – NIE serão encaminhados ao demandante, mediante relatórios reservados, e não deverão integrar autos de processo, uma vez que não são conclusivos e não constituem meio de prova para fins processuais, consistindo em indícios de irregularidades, as quais poderão ser apuradas.

**Art. 5º.** A atividade de inteligência, bem como o conhecimento nela produzido é considerado de caráter reservado, para fins da classificação de sigilo, da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

**Art. 6º.** As ações de inteligência devem observar critérios de operacionalidade, risco, materialidade e relevância, estabelecidas pelo próprio Núcleo de Informações Estratégicas - NIE.





## **ESTADO DO PARÁ** **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

**Art. 7º.** Os servidores que forem lotados no **Núcleo de Informações Estratégicas – NIE**, face o caráter sigiloso da atividade, atuarão de forma discreta, reservada e autônoma e devem previamente subscrever o Termo de Responsabilidade, constante do anexo da Resolução n.º 019/2016/TCM-PA, ficando adstritos ao mesmo, ainda que futuramente de lá sejam movimentados, por qualquer razão.

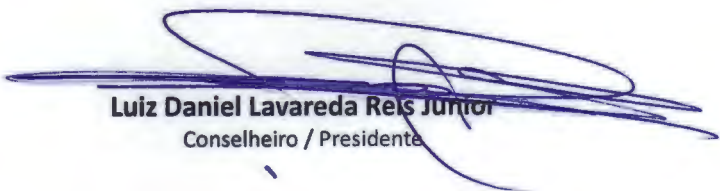
**Art. 8º.** A estrutura organizacional do **Núcleo de Informações Estratégicas – NIE**, será composta de um(a) Coordenador(a), quatro analistas, sendo um destes da área de Tecnologia da Informação; e um(a) servidor(a) de apoio.

**Parágrafo único.** Ato do Presidente designará os servidores que integrarão o **Núcleo de Informações Estratégicas – NIE**.

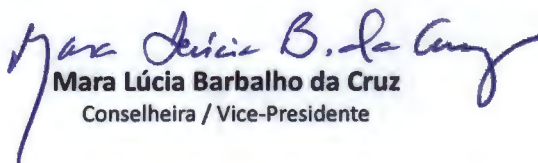
**Art. 9º.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 10.** Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Sala de Reuniões da Presidência do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 27 de abril de 2017.



**Luiz Daniel Lavareda Reis Junior**  
Conselheiro / Presidente

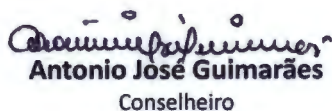


**Mara Lúcia Barbalho da Cruz**  
Conselheira / Vice-Presidente

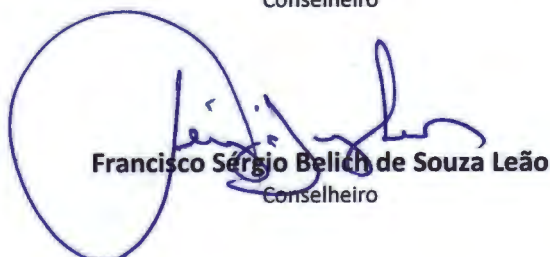
**José Carlos Araújo**  
Conselheiro / Corregedor

**Aloísio Augusto Lopes Chaves**  
Conselheiro / Ouvidor

**Sebastião Cezar Leão Colares**  
Conselheiro



**Antonio José Guimarães**  
Conselheiro



**Francisco Sérgio Belich de Souza Leão**  
Conselheiro